

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	9
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	10
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	11
10.5 - Políticas contábeis críticas	12
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	14
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	15
10.8 - Plano de Negócios	16
10.9 - Outros fatores com influência relevante	17

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5. Riscos de Mercado****5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros:**

O êxito no negócio de incorporações imobiliárias e construção civil é determinado, principalmente, pelo cenário econômico do País. Geralmente, a demanda por novas unidades residenciais é influenciada por diversos fatores, incluindo o crescimento do nível de empregos, disponibilidade de crédito, taxas de juros, programas de financiamento hipotecário, confiança do consumidor, políticas governamentais, fatores demográficos e, em menor extensão, mudanças em impostos prediais, custos de energia e regulamentação de imposto de renda.

O lançamento de novas unidades é influenciado pelo estoque de unidades existentes, políticas governamentais, custo e disponibilidade de terrenos, aprovações governamentais, custos diversos de construção e vendas, disponibilidade de crédito, dentre outros fatores.

O comportamento dos clientes, bem como as estratégias adotadas pelas companhias do setor imobiliário, é influenciado por vários fatores como: incertezas econômicas e políticas, custos de construção, disponibilidade de mão-de-obra e matéria-prima, etc.

A taxa de câmbio também pode afetar os resultados operacionais da João Fortes. Isso ocorre porque mesmo que todas as receitas da Companhia sejam em reais, o preço de alguns de seus insumos são determinados no mercado internacional. Olhando pelo cenário macroeconômico, valorizações do real em relação ao dólar norte-americano podem conter a alta da inflação e, consequentemente, segurar o aumento das taxas de juros, fatores que tendem a provocar aumento na demanda no setor imobiliário. Em contrapartida, uma desvalorização do real em relação ao dólar pode ocasionar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e desencadear aumentos das taxas de juros, gerando queda na demanda por imóveis.

A Companhia possui ativos decorrentes de operações de swaps e passivos decorrentes de operações de empréstimos denominados em moeda estrangeira. A Companhia não possui dependência significativa de materiais importados em sua cadeia produtiva e não efetua vendas indexadas em moeda estrangeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Política de gerenciamento de risco de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:*****a) Riscos para os quais se busca proteção***

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de mercado, crédito e liquidez. Nesse contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos.

Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações de taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado sem que a mesma oscilação ocorra no contas a receber e aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco da volatilidade dessas taxas.

Risco cambial

A Companhia possui ativos decorrentes de operações de swaps e passivos decorrentes de operações de empréstimos denominados em moeda estrangeira. A Companhia não possui dependência significativa de materiais importados em sua cadeia produtiva e não efetua vendas indexadas em moeda estrangeira.

Risco de crédito

O risco de crédito é caracterizado pela inadimplência por parte dos clientes adquirentes de imóveis. Esse risco é avaliado como praticamente nulo durante o período de construção em face da garantia real de recuperação de seus produtos no caso de inadimplência.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pelo risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é basicamente atrelarmos nossos ativos aos mesmos índices de nossos passivos, desta forma, nossos principais indexadores são: CDI, IGP-M e INCC.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são as aplicações financeiras, captações de empréstimos para captação de giro e para financiar os empreendimentos em construção, captação de debêntures, todas em condições normais de mercado.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia possui uma gestão voltada para reduzir qualquer risco que inviabilize o projeto. Fatores como: aquisição terrenos estrategicamente localizados, análise de crédito, controle de custos no desenvolvimento das obras, desenvolvimento de estratégias de vendas de unidades remanescentes e acompanhamento da carteira de clientes no momento pós-entrega das chaves, são estudados e avaliados com objetivo de identificar possíveis riscos ao desenvolvimento do projeto.

e) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A companhia não costuma fazer uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial (hedge). Contudo, a Companhia utilizou contrato de swap com objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira para o Real.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos; g) Adequação da estrutura operacional de controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A companhia possui uma estrutura múltipla de monitoramento dos riscos ao longo das etapas do processo de construção e venda dos empreendimentos lançados, sendo esses riscos identificados pelos respectivos gerentes e analisados pela Diretoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos



5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:

No ultimo exercício social, não houve alterações dos principais riscos ou políticas de gerenciamento de risco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas



5.4. Informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas os itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1. Comentário dos Diretores****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

O ano de 2014 terminou com resultados bastante inferiores àqueles desejados para a companhia. A queda significativa nas expectativas dos consumidores e investidores com relação à economia como um todo prejudicou os negócios. Adicionalmente, nossos projetos sofreram impactos que se traduziram em aumento de custos e prazos de entrega. Cabe aprofundar a explicação destas circunstâncias, mas desde já reforçar o compromisso de reconquistar resultados mais coerentes com as expectativas dos nossos investidores a partir de 2015.

No contexto externo, o período eleitoral e a Copa do Mundo trouxeram instabilidades e redução da atividade econômica, além de reduzir a janela de oportunidade de lançamentos e esforços de vendas. Também ao longo do ano, as condições gerais do mercado se deterioraram sensivelmente.

Para 2015, a companhia promoveu alterações no seu corpo diretivo, direcionando seu foco para o ciclo de entrega, geração de caixa e o aumento da eficiência operacional. Assim, reduzimos nosso plano de lançamento e definimos objetivos de adequação do banco de terrenos, buscando até o final deste ano ter geração positiva de caixa da operação e reduzir a alavancagem do nosso balanço. Assim, as decisões de lançamentos serão postergadas para o segundo semestre, e estarão condicionadas à realização destes objetivos internos e à avaliação do contexto de mercado da época. Também, continuaremos os esforços para otimização da estrutura e dos processos da companhia, que neste ano já se refletirão em sensível redução das despesas gerais e maior eficiência nos procedimentos construtivos e administrativos.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Diretoria entende que a estrutura de capital, mensurada pela razão Dívida Líquida sobre o Patrimônio Líquido apresenta níveis satisfatórios de alavancagem.

O patrimônio líquido da João Fortes em 2014 foi de R\$ 868,3 milhões.

Ao término de 2014, a relação entre endividamento e patrimônio líquido foi de 141%.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Dado as atuais condições de financiamento e nossa estrutura de capital, consideramos as condições de liquidez e recursos suficientes para cobrir os compromissos financeiros assumidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia se utiliza de financiamento disponibilizado junto ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) e outras linhas de empréstimo com instituições financeiras assim como a utilização de recursos próprios captados no mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**e) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

		Consolidado	
Financiamentos imobiliários			
Taxa	Vencimento	31/12/2014	30/12/2013
CDI+2,75%	entre set/2015 e fev/2016	19.052	
125,00% CDI	entre mar/2015 e set/2015	51.756	100.367
TR + 10,10% a.a.	entre jan/2015 e jul/18	436.189	525.003
		506.997	625.370
Empréstimos, financiamentos e cessão em reais			
Taxa média	Vencimento	31/12/2014	31/12/2012
134,33% CDI	entre jan/2015 a mai/2019	308.431	186.723
CDI + 3,72% a.a.	entre jan/2015 a ago/2018	594.276	406.388
IGP-M + 4,55% a.a.	entre jan/2015 e mai/2017	22.842	71.131
12,2% a.a.	dez/14	-	8.868
		925.549	673.110
Empréstimos em moeda estrangeira			
Taxa	Vencimento	31/12/2014	31/12/2013
Ptax + 2,95% a.a.	jan/14	-	17.953
Ptax + 2,95% a.a.	jul/14	-	17.953
Ptax + 2,95% a.a.	out/15	16.326	-
Total dos Empréstimos em Moeda Estrangeira		16.326	35.906
Total dos Financiamentos Imobiliários		506.997	625.370
Total dos Empréstimos e Financiamentos em Reais		925.549	673.110
		1.448.872	1.334.386

f) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Temos limites diferenciados com as instituições financeiras, não tendo alcançado os limites no ano 2014.

g) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Receita Líquida**

No setor de incorporação imobiliária, a receita representa a parcela apropriada ao resultado pelo método de percentual de conclusão de cada obra, líquida de descontos e rescisões. A nossa receita líquida totalizou, em 2014, R\$ 799,2 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Custo de produtos vendidos (e serviços prestados)**

Os custos dos imóveis vendidos no período encerraram o ano de 2014 com total de R\$ 714,0 milhões.

Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia registrado em 2014 totalizou R\$ 85,2 milhões.

Receitas (Despesas) Operacionais

Em 2014, foram apuradas receitas/despesas operacionais de -R\$156,0 milhões. Sendo as despesas fixas (despesas gerais e administrativas) de R\$87,5 milhões.

Lucro (prejuízo) do exercício

O resultado financeiro líquido refletido das demonstrações do acumulado deste ano (2014) foi negativo em R\$ 260,6 milhões.

Balanço Patrimonial - Caixa e equivalentes de caixa

O saldo da conta caixa e equivalente de caixa no ano de 2014 totalizou R\$ 72,1 milhões.

Balanço Patrimonial - Contas a receber

Contas a receber em 31/12/2014 encerraram com R\$ 1.321,9 milhões, sendo que R\$ 866,2 a receber no curto prazo. Em 2014, a Companhia apresentou um aumento de 6% das contas a receber em relação ao ano de 2013.

Balanço Patrimonial - Imóveis a comercializar

No saldo de imóveis a comercializar da Companhia, incluímos terrenos pagos em dinheiro, construções em andamento e unidades prontas. A João Fortes encerrou 2013 com estoque de R\$ 1.401,2 milhões, 27% maior aos R\$ 1.101,1 apresentados em 2013, sendo 66% dos imóveis a comercializar no curto prazo.

Balanço Patrimonial - Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$ 999,1 milhões em 2013, para R\$ 868,3 milhões em 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Comentário dos diretores****a) Resultado das operações da Companhia:**

Atualmente, nossas receitas decorrem principalmente da incorporação e venda de imóveis.

Em 2014, a receita líquida da companhia foi de R\$799,2 milhões contra R\$971,8 milhões em 2013. Contabilizando apenas a parcela da João Fortes, o valor geral de vendas (VGV) de lançamento da Companhia em 2014 registrou R\$374,8 milhões.

As vendas contratadas atingiram R\$447,8 milhões. O número de unidades contratadas reduziu, ficando em 1.048 unidades contra 1.758 unidades em 2013.

b) Variações das receitas atribuíveis a de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

As receitas de vendas são atualizadas pela variação dos índices de inflação do mercado de construção civil e índice geral de preços de mercado. Esta atualização segue os contratos de vendas firmados em longo prazo contemplando os seguintes indexadores: Índice Nacional da Construção Civil - INCC durante a fase de construção do projeto e Índice Geral de Preços de Mercado – IGP- M, após a data de entrega das chaves das unidades. Em alguns casos, são assinados contratos de compra e venda com alienação fiduciária, constando juros efetivos pela tabela price no valor de 12% a.a. para o saldo remanescente após a entrega das chaves.

Além disso, alterações no volume de lançamentos de novos projetos podem gerar variações significativas das receitas da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

O setor de construção civil é sensível a variações da taxa de inflação, pois reduzem a atividade econômica, os investimentos e o consumo. A evolução do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) representa a variação dos custos de construção, podendo afetar a rentabilidade do setor. Em 2014, o INCC encerrou o ano com 6,74%, valor acima da inflação calculada pelo IPCA (6,41%).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs



10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

Não houve nenhum evento que tenha trazido impacto relevante ao resultado da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Comentário dos diretores****a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve qualquer ressalva no parecer dos auditores que examinou as demonstrações financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2014, tendo sido destacado no mesmo que as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária consideram adicionalmente a Orientação OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira:

A Companhia segue as orientações da OCPC 04 para determinar quando os riscos e benefícios mais significativos inerente à propriedade das unidades imobiliárias vendidas são transferidos aos compradores. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avaliou as discussões dos temas efetuados no âmbito de um Grupo de Trabalho coordenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), culminando com a apresentação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de minuta da Orientação CPC 04, a qual foi por ele aprovada e norteou a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil.

Caso a OCPC 04 não tivesse sido emitida e a conclusão tivesse sido de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das unidades imobiliárias não sejam transferidos continuamente aos compradores ao longo da construção do empreendimento de incorporação imobiliária, os maiores impactos seriam a redução do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício de forma transitória, uma vez que o reconhecimento da receita e dos correspondentes custos e impostos se daria por ocasião da entrega das chaves.

Incorporação imobiliária

Nas vendas de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que não mais estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação, foram observados os procedimentos e normas estabelecidos pelo CPC 30 - Receitas para o reconhecimento da receita de venda de bens com a transferência continuada dos riscos e benefícios mais significativos inerente à sua propriedade. O enquadramento dos contratos de venda dos empreendimentos para fins de aplicação da referida norma foi efetuado com base na Orientação OCPC 04, a qual norteou a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras. A partir das referidas normas e levando também em consideração os procedimentos contábeis aplicáveis previstos pela Orientação OCPC 01 (R1) - Entidades de Incorporação Imobiliária e pela Resolução nº 963 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os seguintes procedimentos foram adotados:

- a) o custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado;
- b) é apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado (POC), sendo esse percentual aplicado sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas;
- c) os montantes das receitas de vendas apuradas, incluindo a atualização monetária, líquido das parcelas já recebidas, são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

d) o valor justo da receita das unidades vendidas em construção é calculado a valor presente com base na taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo IPCA, entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para a entrega das chaves do imóvel pronto ao promitente comprador, a partir de quando sobre o contas a receber passará a incidir juros de 12% ao ano acrescido de atualização monetária. A taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo IPCA é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado, sendo sua taxa média no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de 6,4 % ao ano (2013 – 5,9%). Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao novo valor justo para determinação da receita a ser apropriada, sobre o qual será aplicado o POC.

O encargo relacionado com a comissão de venda é de responsabilidade do adquirente do imóvel, não incorporando o preço de venda. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

Os valores recebidos por vendas de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que ainda estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação, são classificados como adiantamento de clientes. Nas vendas de unidades concluídas, a receita de venda dos bens é reconhecida no momento da "entrega das chaves", quando os riscos e benefícios mais significativos inerente à sua propriedade são transferidos. Após a entrega das chaves das unidades comercializadas, a atualização monetária do contas a receber passa a ser calculada pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e passa a incidir juros de 12% ao ano, apropriados de forma *pro rata temporis*. Nessa fase, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita financeira usando o método da taxa efetiva de juros e não mais integra a base para determinação da receita de vendas.

Provisões Para Contingências

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório.

A Companhia continua atenta às novas tecnologias e ao desenvolvimento pessoal de seus colaboradores, e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Administração recebeu a carta de controles internos elaboradas pelos auditores independentes e analisa as ações a serem tomadas.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados



10.7. Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios



10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos:

Não aplicável.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante



10.9. Comentários Sobre Itens Não Evidenciados:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.